



Revista
Educar Mais

A subvenção de escolas públicas em São Leopoldo/RS nas primeiras décadas do século XX

The subsidy of public schools in São Leopoldo/RS in the first decades of the 20th century

La subvención a las escuelas públicas de São Leopoldo/RS en las primeras décadas del siglo XX

José Edimar de Souza¹

RESUMO

Objetivo do trabalho é identificar instituições escolares de ensino primário público¹ que foram subvencionadas nas localidades do município de São Leopoldo/RS, especialmente, em Novo Hamburgo. Os documentos analisados procedem de fundos da instrução pública localizados em diferentes arquivos: Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, entre outros. Sob a perspectiva da História Cultural a investigação valeu-se da análise documental histórica, buscou construir aspectos do processo de escolarização neste município e nas localidades que compreendiam sua vasta extensão territorial entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX. A escolarização pública neste espaço recebeu estímulo da experiência escolar que foram trazidas pelos imigrantes europeus e a forma de organização comunitária destes grupos sociais contribui para abertura de aulas, mesmo que de forma subvencionada em diferentes localidades.

Palavras-chave: Subvenção escolar; Escola Pública; Escolarização.

ABSTRACT

Objective of the work is to identify public primary school institutions that have been subsidized in the localities of São Leopoldo /RS, especially in Novo Hamburgo. The analyzed documents come from public education funds located in different archives: Public Archives of Rio Grande do Sul, Archives of the Visconde de São Leopoldo Historical Museum, among others. From the perspective of Cultural History, the investigation made use of historical documentary analysis, seeking to build aspects of the schooling process in this municipality and in the localities that comprised its vast territorial extension between the second half of the 19th century and the first quarter of the 20th century. Public schooling in this space received stimulus from the school experience that were brought by European immigrants and the form of community organization of these social groups contributes to the opening of classes, even if in a subsidized way in different locations.

Keywords: School grant; Public school; Schooling.

RESUMEN

El objetivo del trabajo es identificar las instituciones públicas de educación primaria que han sido subvencionadas en las ciudades de São Leopoldo/RS, especialmente en Novo Hamburgo. Los documentos analizados provienen de fondos de educación pública ubicados en diferentes archivos: Archivo Público de Rio Grande do Sul, Archivo del Museo Histórico Visconde de São Leopoldo, entre otros. Desde la perspectiva de la Historia Cultural, la investigación hizo uso del análisis documental histórico, buscando construir aspectos del proceso de escolarización en este municipio y en las localidades que comprendieron su vasta extensión territorial entre la segunda mitad del siglo XIX y el primer cuarto de siglo. el siglo 20. La escolarización pública en este

¹ Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul/RS - Brasil. E-mail: jesouza1@ucs.br

espacio recibió un estímulo de la experiencia escolar que trajeron los inmigrantes europeos y la forma de organización comunitaria de estos grupos sociales contribuye a la apertura de clases, aunque de forma subvencionada en diferentes localizaciones.

Palabras clave: Beca escolar. Escuela pública. Enseñanza.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como venho argumentando em outros estudos as pesquisas sob a ótica da História Cultural, conhecida, em um primeiro momento como “Nova História”ⁿⁱ em contraste com a “antiga” considera aspectos da experiência de vida e o contexto em que se construíram. A nova corrente historiográfica da História Cultural, ou seja, a Nova História Cultural se constituiu a partir da história francesa dos *Annales*, apresentando-se como uma abordagem para se pensar a ciência histórica, considerando a cultura como “[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2004, p.15).

Dessa forma, o passado que estudamos é uma construção. O exercício de escrita da História pressupõe a elaboração de um discurso sobre o passado, o historiador a faz como expectativa de resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos (HOBSBAWN, 2000).

Nesse sentido, valendo-se da análise documental histórica inspirada em Luchese (2014), diferentes fontes acessadas nos fundos da instrução primária do Rio Grande do Sul e do município de São Leopoldo foram acessadas para identificar as instituições escolares públicas beneficiadas com o recurso de subvenções neste espaço.

O contexto histórico em que esta prática se desenvolve possibilita afirmar que nas primeiras décadas do século XX percebiam-se ainda, em diferentes municípios do Rio Grande do Sul, a continuidade de aspectos que marcaram o ensino no século XIX. O Rio Grande do Sul foi uma província marcada pelo militarismo, já que as disputas históricas, entre portugueses e espanhóis, ocasionaram um tardio processo de inserção do território gaúcho ao domínio português (SCHNEIDER, 1993). Este aspecto contribui para fortalecer as relações de poder local e regional, favorecendo também a descentralização das decisões administrativas do governo, o que também privilegiou a disseminação de uma visão liberal e privada de ensino.

Para Bastos (2005) a implantação da República no Rio Grande do Sul foi um processo difícil e conflituoso. Durante a chamada República Velha (1889-1930), no Estado prevaleceram as representações sustentadas no discurso de um ensino “leigo, livre e gratuito” que incluía o ensino elementar e complementar. A instrução pública estava vinculada à Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, mas o poder decisório competia ao presidente do Estado.

A visão positivista perpassou as práticas de escolarização e influenciou na organização das instituições e dos materiais pedagógicos. O princípio da liberdade contribuiu para a “estrangeirização” da educação rio-grandense, pois a mesma deveria ser feita, preferencialmente, particular e a cargo da comunidade. Esta visão constituía-se como “uma das molas propulsoras do progresso social” e desenvolvimento da Nação (BASTOS, 2005). Nesse sentido, o pouco investimento do Estado em educação e, de modo geral, uma educação no espaço rural, possibilitou a construção de uma identidade específica que entrecruzou experiências e valores: étnico, cultural e agrícola nas diferentes comunidades rurais, associados à Escola Isolada.

As atribuições das Câmaras municipais também foram redimensionadas na Primeira República. A contratação, os exames de seleção e a inspeção escolar, por exemplo, eram exercidas pela Inspeção Geral da Instrução Pública, pelos Conselhos Escolares e pelas Intendências Municipais (WERLE, 2005). A educação, promovida pelo Estado continuava priorizar o ensino da leitura e da escrita, por exemplo, de meios repetitivos do catecismo cívico-nacional, quando a criança era impregnada de todos os deveres que dela se esperavam, como a obediência e devoção à Pátria.

A escola pública consolidada até o final da década de 1930 apresentava resquícios do moderno, como o aspecto da possibilidade de seriação, o uso dos materiais didáticos que começavam a se popularizar e ao mesmo tempo ajudando a construí-lo, necessitou de exemplos de virtudes privados e públicos (NUNES, 2010).

2. A SUBVENÇÃO DE ESCOLAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO

A instrução pública primária no interior de São Leopoldo na segunda metade do século XIX e início do século XX, no que se refere ao modo de organização do ensino, estruturava-se no tipo de escola artesanalⁱⁱⁱ e apenas no final da década de 1930 as escolas modulares começam a ser implantadas na região, em substituição as aulas que funcionavam de forma rudimentar, improvisadas em salas de residências que eram alugadas pela administração pública; com mobília e material da cultura escolar adaptado se consideradas as características dos grupos escolares, outra forma de modalidade de oferta de ensino primário elementar.

A documentação consultada para este estudo refere-se, principalmente, a relatórios da intendência municipal do município de São Leopoldo, que até a década de 1950 compreendia um número expressivo de municípios atuais da região do Vale dos Sinos. Dentre estes municípios podemos citar: Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos, Ivoti, Picada Café, São José do Hortêncio, Feliz, Novo Hamburgo, entre outros. Como já argumentado anteriormente, a proposta deste trabalho é conhecer e identificar como este recurso público foi utilizado pela administração pública, especialmente na instância municipal para ampliar o atendimento das demandas apresentadas pelas localidades^{iv} do município, especialmente em Novo Hamburgo.

Faria Filho (2010) argumenta que o sentido que a importância da escolarização adquiriu, a partir dos anos 1860, representou o resultado dos debates e do aparecimento de uma ainda frágil tradição de busca de estabelecimento de um mínimo de organicidade e articulação entre os poderes instituídos e cuja "educação primária" estivesse ordenada de acordo com preceitos estabelecidos por leis gerais. Além disso, observa-se que o debate da Educação Pública se caracterizava pela necessidade de o Estado nacional garantir a construção da nacionalidade, ideário que circulava na Europa, desde a difusão do pensamento iluminista.

A consolidação dos Estados Nacionais e a substituição da Igreja, como entidade de tutela do ensino, fortalecem o papel da educação e da escola. A escola passa a representar uma das instituições capazes de garantir a unidade nacional e os valores culturais e morais que garantiriam o sentimento pátrio (BASTOS, 2005). Para Machado (2009), o Decreto Nº. 7.247, de Leôncio de Carvalho, de 1879, marcou o início do processo de organização da escola pública. Este decreto provocou grande polêmica, principalmente por abolir o ensino religioso obrigatório e por considerar o ensino livre.

Em São Leopoldo, no ano de 1858, havia apenas três escolas públicas, como se percebe na tabela 1, duas funcionando na região central do município e uma delas localizada no atual território de Novo Hamburgo (Capela da Piedade).

Tabela 1 - Relação de aulas em São Leopoldo - relatório de João D. Hillebrand (1858).

Nº	Lugares	Professores AULAS PÚBLICAS	Disciplinas		To tal
			Sexo masculino	Sexo feminino	
1	Villa de São Leopoldo	João da Silva Paranhos	23	--	23
2		Brinulfa do Carmo Leopoldina de Castro	--	45	45
3	Capela da Piedade	João da Fonseca Barandas Jr.	21	--	21
4	Villa de São Leopoldo	AULAS PARTICULARES Pedro Püfs	38	40	78
5		Luis Grünessald	15	17	32
6		Joaquim Jacob Frey	24	14	38
7		D. Francisca Ribas	--	14	14
8	Feitoria Velha	Roberto von Wedel	18	7	25
9	Suares	Guilherme Gäelzer	26	18	44
10	Capela da Piedade	Adolfo Pilh	31	15	46
11	Costa da Serra	João Germano Guilleir	20	17	37
12		Otto Reck	10	8	18
13	Picada do Bom Jardim	Mathias Schütz	50	25	75
14	Idem	Gustavo Hafs	33	20	53
15	Picada dos Dois Irmãos	Pedro José Fries	11	7	18
16		José Sauer	9	10	19
17		Nicolas Meineill	14	6	20
18		João Adams	20	8	28
19		Carlos Otto Mieth	22	17	39
20	Travessão	Ignácio Dill	22	23	45
21	Picada Café	Nicolau Spengler	20	14	34
22		Mathias Jung	10	8	18
23		Frederico Sohoenel	11	10	21
24	Picada 48 Colônias	Augusto Sintz	23	8	31
25	Picada Nova	Carlos Bafs	13	14	27
26		Matias Stacke	28	9	37
27	Picada do Hortêncio	Frederico Mühelsen	18	14	32
28		Nicolau Bernfield	30	29	59
29	Picada Feliz	João José Sauer	8	12	20
30		Miguel Bartel	21	10	31
Soma			589	442	10 35

Fonte: Adaptada pelo autor a partir de Hillebrand (1858).

Em muitas localidades, a carência de professores habilitados e com formação específica favoreceu a prática da contratação de professores que soubessem ler, escrever e contar. Além disso, as Aulas Públicas eram instaladas quando existia algum docente. Havendo um professor, que era alocado segundo a demanda de matrículas, considerando o número de crianças em idade escolar, sem atendimento ou por interesses políticos, os recursos eram providenciados. A organização da comunidade também influenciava para o número maior ou menor de oferta de aulas.

Nesse sentido, a existência das Aulas estava condicionada ao professor, caso ele mudasse de residência, não vinha outro para estatuí-lo, trasladava consigo sua aula.

A escola estava presente no interior das diferentes localidades do município de São Leopoldo, mesmo que a oferta de ensino público, até o início do período republicano, tenha sido em sua maioria particular. A tabela 1 ainda enfatiza que as classes eram mistas e que tanto o professor ou a professora, na região do Vale do Sinos ensinaram meninos e meninas, numa época que o mais comum era encontrar aulas unitaristas.

Um exemplo da mobilização por escola pública é o caso da localidade de Lomba Grande, atualmente, um bairro do município de Novo Hamburgo. O documento encontrado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul é um conjunto de quatro páginas manuscritas, frente e verso que assim registra:

Aos oito dias do mês de novembro de mil oitocentos e cinquenta e nove [...] no Paço da Camara Municipal desta Villa de São Leopoldo, reunidos os membros abaixo assignados, comparecerão Felipe Dexheimer, Henrique Breger, Felipe Brohrer, e Federico Guilherme Mufs, e declararão, que em consequência de serem oferecido ao Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia uma casa prompta para nella funcionar a Aula Publica do primeiro Gráo de Instrução primaria do sexo masculino novamente creada no lugar denominado Lomba Grande – na Feitoria Velha, primeiro Districto desta Villa [...] e se obrigão aconserver a dita Casa ou outra qual quer propria para a referida Aula, à sua custa enquanto existir ali a mencionada Aula [...] (SÃO LEOPOLDO, 1859, fls. 69a).

A falta de escolas públicas levou as comunidades uma organização independente^v. Nesse sentido, no final do século XIX a criação de escolas foi assunto que envolveu discussões na Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. E Cadeiras e Aulas passaram a ser instituídas pela Assembleia Provincial e sancionadas pelo Presidente da Província, em forma de lei.

A relação entre os Conselhos e/ou Câmaras Municipais e o governo do Estado, dava-se pela relação entre esta e a Diretoria Geral da Instrução Pública. Para Arendt (2006), entre 1846 a 1890, o Conselho ou Câmara de Vereadores de São Leopoldo era responsável pela fiscalização das aulas, o provimento de materiais recebidos pelos professores e pela indicação de docentes à Diretoria Geral da Instrução Pública. Todos os processos passavam pela Câmara: contratação, transferência de professores, criação de escolas, assuntos relacionados ao aluguel de prédios que sediavam as aulas públicas, os regulamentos para as escolas, aquisição de materiais didáticos. De acordo com Werle (2005), até o início da República no Brasil, cabia ainda às Câmaras designar e aprovar a localização das escolas criadas pelo governo estadual.

Amado (2002) argumenta que em 1857, percebe-se uma ação mais direta do governo brasileiro, sobre a rede educacional de São Leopoldo. Havia três escolas públicas existentes e representavam 10% do total da rede escolar do município. Desde o início da década de 1860, o governo passou a se preocupar com o fato de os colonos não conhecerem o português e se manterem afastados dos principais aspectos da vida brasileira. Em 1870 as dezessete escolas do governo já eram

39,5% do total (ALMANACK, 1935). Mas a maioria dos colonos, entretanto, continuou a mandar seus filhos para as escolas alemãs. Em alguns casos os alunos frequentavam as duas escolas paralelamente, como se constata no mapa de frequência da professora de Hamburgo Velho, Professora Brinulfa do Carmo Leopoldina de Castro, em 1861.

Quanto ao ensino público, na área que atualmente compreende o município de Novo Hamburgo, indica que, na década de 1850, havia 23 escolas particulares, sendo 10 católicas e 13 protestantes, na região das "antigas Colônias Velhas" – Novo Hamburgo, São Sebastião do Cai e Montenegro, bem como 3 Aulas Públicas, sendo duas em São Leopoldo e uma em Hamburgo Velho. No ano de 1883^{vi} já havia algumas escolas públicas em Novo Hamburgo, e, em 1886, foi fundada pelas irmãs Engel, no bairro de Hamburgo Velho, um "internato para moças evangélicas teuto-brasileiras", que mais tarde se transformou na Fundação Evangélica.

Como já argumentado em outro estudo, Souza (2016), em Lomba Grande o esforço da comunidade e o trabalho do professor Henrique Meyer, entre 1860 a 1876 teria sido examinado 263 alunos do sexo masculino e 134 alunas do sexo feminino, como se observa na Tabela 2. Nesse sentido, é preciso considerar que os alunos costumavam frequentar a escola entre três a cinco anos, o que implica reconhecer que a presença da escola neste lugar precede a 1860.

Tabela 2 - Alunos aprovados nos exames finais do curso primário (1860-1876)

Sexo masculino		Sexo feminino	
Ano	Nº de alunos prontos	Ano	Nº de alunos prontos
1860	14	1860	10
1861	11	1861	12
1862	17	1862	7
1863	14	1863	11
1864	14	1864	7
1865	10	1865	13
1866	16	1866	12
1867	13	1867	19
1868	9	1868	17
1869	16	1869	15
1870	11	1870	11
1871	20	Total 134 alunas prontas	
1872	22	Em 1870 abriu-se neste lugar uma aula particular e subvencionada para as meninas, a qual em 1875 passou a ser Aula Pública do sexo feminino da Lomba Grande.	
1873	18		
1874	15		
1875	14		
1876	29		
Total 263 alunos			

Fonte: Meyer (1860-76).

Em síntese, a imigração germânica em Lomba Grande contribuiu para que o processo de institucionalização escolar se desenvolvesse neste lugar. Como argumenta Dreher (2000), uma das características culturais marcante das colônias alemães é a escola, instalada antes mesmo da igreja.

Para Souza (1998), a implantação do projeto republicano de educação popular, nas primeiras décadas no Brasil, projeta a idealização de um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme e isso ocorreu a partir do surgimento dos grupos escolares.

No nosso Estado, essas instituições ficaram conhecidas como Colégios Elementares e foram criados a partir de 1909 e instalados nos grandes centros urbanos. Esta nova forma de organização do espaço e do tempo escolar representou modificações estruturais que foram sendo adaptada pelos agentes educacionais.

A escola isolada primária surge em contraposição aos grupos escolares, ou Colégios Elementares aqui no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, após a primeira década do século XX a legislação e os regulamentos de ensino passam a relacionar as Classes de Instrução Primária como escolas isoladas.

Na década de 1930, a proposta da Igreja aproximava-se dos "escolanovistas", considerando o argumento de que a liberdade de ensino havia produzido práticas perturbadoras, sendo necessária uma fiscalização real e eficiente sobre os professores. Nesse contexto de fiscalização, é que emerge o Governo Ditatorial de Getúlio Vargas, compreendendo o período do chamado Estado Novo (1937-1945). (WERLE; METZLER, 2009).

Como principal consequência do modo como os processos de nacionalização do ensino repercutira nas regiões coloniais, especialmente as áreas rurais, evidencia-se a perseguição e o fechamento de muitas Escolas Elementares rurais. Uma alternativa passou a ser a subvenção, associada ao que Luchese (2007) propõe, pois estava vinculada ao ensino da língua nacional, bem como de história e geografia do Brasil.

As subvenções, destinadas a algumas instituições, desde o final do século XIX, foram "[...] raras e módicas, sendo concedidas com o mais rigoroso escrúpulo e mediante prova plena de inexistência de escola públicas nas proximidades" (CORSETTI, 1998, p. 177). Com a subvenção, pretendia-se atender às necessidades de Instrução Pública na localidade e intervir no Ensino Primário particular sob uma orientação patriótica e nacional.

As subvenções eram definidas por meio de rubricas e marcadas em lei. Em alguns casos, os documentos^{vii}, que foram consultados no Arquivo História do Rio Grande do Sul, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo e Arquivo Municipal Histórico Visconde de São Leopoldo, permitiram identificar referência que indicava inclusão deste subsídio na legislação específica do magistério. É importante destacar que esta subvenção provia o ensino, em alguns casos, definindo como o erário público faria a gestão sobre: objetos, utensílios e aluguéis de prédios para funcionamento das Aulas.

Até o início do século XX, a instância do governo Estadual foi a principal administradora deste recurso e havia uma relação direta entre governos e municípios quanto à gestão financeira. Porém, em diferentes momentos o recurso é complementado, pela administração municipal de São Leopoldo. Esse aspecto indica que além das subvenções estaduais, havia investimento público municipal para que as escolas doravante criadas permanecessem em funcionamento.

Outra variável do funcionamento dessa prática se refere à contrapartida que se responsabilizavam cada uma das instâncias públicas para promover o ensino. Ora a própria comunidade comprometeu-se com a locação do prédio onde funcionaria a instituição, o Estado com a destinação dos objetos, utensílios e o governo municipal com os vencimentos pecuniários do professor.

Esse aspecto não apresenta uma prática linear, como referido anteriormente, os acordos e termos estabelecidos entre esses órgãos públicos incluiu também de outros modos a comunidade escolar^{viii}, por exemplo, criando caixas escolares, que foram indispensáveis para manutenção do projeto político republicano, de acesso e ampliação do Ensino Primário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo a prática das subvenções como uma estratégia de que fez uso o Estado, pois, subvencionar aulas parece ter sido uma forma de desenvolver e fiscalizar a instrução a baixo custo. Além disso, essa prática, para a comunidade e/ou para os professores, de modo particular, representou uma possibilidade de poder “jogar no campo das normas táticas”, como afirma Certeau (2011), considerando que ao subvencionar as Aulas Particulares, os docentes continuavam a desenvolver suas práticas pedagógicas com certa autonomia.

No que se refere à Lomba Grande, a subvenção foi utilizada para ampliar o número de Aulas no interior do bairro. As Cadeiras Públicas criadas para atender as crianças em idade escolar estavam situadas na região central do bairro e a partir da prática das subvenções foram sendo implantadas em outras localidades.

A escola assumiu, desde a segunda metade do século XIX, um papel indispensável para os imigrantes alemães, para disseminar o aprendizado da língua nacional. É possível que a implantação de Aulas Públicas e/ou de escolas subvencionadas^{ix}, em localidades que representaram isolamento das comunidades étnicas estrangeiras tenha operado com propósito de disciplinar a aprendizagem do português. Era importante que os filhos dos imigrantes conseguissem se comunicar na nova terra, dessa prática dependeria a sobrevivência e o sucesso esperado^x.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na Escola Moderna**. Formas históricas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ALMANACK Escolar do Rio Grande do Sul. Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição Oficial. Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia. Porto Alegre, 1935.

AMADO, Janaína. **A revolta dos mucker**: Rio Grande do Sul, 1868-1898. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

ARENDRT, Isabel. A Câmara Municipal de São Leopoldo e sua Atuação na Área da Educação. In: SILVA, Haike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques. **A história da Câmara na história**. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 136-148.

BASTOS, María Helena Camara. **A revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**. O Novo e o Nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo**: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). 537 f. 1998. Tese (Doutorado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1998.
- CORREIO DE SÃO LEOPOLDO**. Lomba Grande em festa, ano 5, n. 232, São Leopoldo, 19 fev. 1937.
- DREHER, Martin Norberto. Notas para uma História da Educação protestante no Brasil. **Estudos Leopoldenses**. Série Educação, Unisinos, vol.4, nº 6, janeiro/junho, 2000, p.133 - 150.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-150.
- HILLEBRAND, João Daniel et al. Relatório do Diretor da Colônia de São Leopoldo **[relatório]**. São Leopoldo, 29 de setembro de 1858. Correspondência encaminhada ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Angelo Moniz do Silva Ferraz. Fundo: Instrução Primária. Câmara Municipal (1855-1859). Fundo: Instrução Primária. Correspondências recebidas. Maço 16. Caixa 8. AHRs. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, v. 18, p. 145-161, 2014.
- _____. Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na região colonial italiana, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, MG, v. 11, n. 2, p. 667-679, jul./dez. 2012.
- _____. **O processo escolar entre imigrantes da Região colonial italiana do RS – 1875 a 1930**: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. 2007. 495f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2007.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. 2: século XIX, p. 91-103.
- MEYER, Henrique. **[anexo 4: Especificação dos alunos dados prontos nos anos de 1860 a 1876]**. Aula Pública do sexo masculino. Lomba Grande, 1º distrito da cidade de São Leopoldo. Correspondência encaminhada à Francisco Coelho da Silva. São Leopoldo, 30 de agosto de 1876. 1860-76. Fundo: Escolas. Caixa 2. Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. São Leopoldo, R.S.
- NUNES, Clarice. (Des) Encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 371-398.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SÃO LEOPOLDO. **[cópia de Ofício 69a]** petição de reabertura de Aula Pública em Lomba Grande. São Leopoldo, RS, 7 nov. 1859. Fundo: Instrução Pública. Lomba Grande. Maço 2. Caixa 3. AHRS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

SÃO LEOPOLDO. **[Ofício]** à Presidência da Província do Rio Grande de São Pedro, Petição de Aulas para localidade de Santa Maria do Butiá pelos moradores de Lomba Grande. São Leopoldo – RS, 18 jan. 1881. 4 folhas. Fundo: Educação, colégios. Grupo: assuntos escolares. Caixa 1. AMHVSL.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas:** práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940 a 1952). 2015. 295f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2015

_____. A Aula em Lomba Grande/RS (1860-1881) na perspectiva da trajetória do professor Meyer. **História Revista**, v. 21, p. 158-178, 2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

SPERB, Ângela. De vila à cidade. **Hamburgerberg**, Novo Hamburgo, ano 3, n. 4, 28 set. 1986. (Jornal)

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **O nacional e o local:** ingerência e permeabilidade na educação brasileira. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2005.

_____. METZLER, Ana Maria Carvalho. En busca de contenidos y sentidos para la educación rural. A educação para a zona rural no sul do Brasil: sentidos e perspectivas a partir das Conferências brasileiras de educação. In: PÉREZ, Teresa González; LÓPEZ, Oresta. (Coord.). **Educación rural em iberoamérica.** Experiencias histórica y construcción de sentido. Las Palmas de Gran Canaria: Anroart Ediciones S.L., 2009. p. 79-108.

Submissão: 26/05/2021

Aceito: 23/03/2021

ⁱ Este trabalho consiste em um primeiro movimento de organização documental já compulsada em outros estudos e desdobrada no Projeto de investigação financiado pela FAPERGS título: "Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha- práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035".

ⁱⁱ Essa nova maneira de conceber a história está associada diretamente ao movimento dos "*Annales* de 1929" e considera a cultura um aspecto central na sua gênese. O imaginário, as representações e práticas são analisados como objetos culturalmente construídos ao longo do tempo.

ⁱⁱⁱ É importante destacar que nesta pesquisa a escola artesanal ainda guardava aspectos da forma de atendimento das escolas isoladas, em que cada aluno apresentava um ritmo de desenvolvimento e acompanhamento da aprendizagem, mesmo que o professor, por vezes, selecionasse atividades para um determinado grupo de alunos, posto desta maneira para diferenciar o ensino ministrado nos grupos escolares, com uma proposta seriada em que se ensinava tudo a todos ao mesmo tempo, como argumenta Alves (2005).

^{iv} A partir de 1927, os diferentes distritos que compreendiam o município de São Leopoldo, antiga Colônia de São Leopoldo iniciam seu processo de emancipação. E Novo Hamburgo é pioneiro neste processo, sendo emancipado em 05 de abril de 1927. (SOUZA, 2015).

^v A preferência pela escola pública primária e gratuita levou a um movimento intenso de solicitações de diferentes localidades do RS. Percebe-se que as famílias colocaram em jogo estratégias em um movimento duplo, ambíguo: o de manutenção de traços culturais trazidos de sua terra de origem e a procura da cultura nacional, especialmente pelo domínio do português. (LUCHESE, 2012).

^{vi} Em 1883, antes da criação do "Stift", Colégio Evangélico de Hamburgo Velho, havia duas escolas públicas em Novo Hamburgo e uma em Hamburgo Velho (SPERB, 1986, p. 96). No ano de 1896, foi criada a escola da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo. A primeira escola católica da cidade foi o colégio Santa Catarina, criado em 1900 pelas irmãs da Congregação de Santa Catarina. O Colégio São Jacó, que atualmente é uma escola municipal, foi instituído pelos padres jesuítas que chegaram à região do Vale do Sinos na metade do século XIX.

^{vii} Em função do espaço reduzido para este artigo, detalhes sobre os documentos consultados podem ser conferidos em Souza (2015).

^{viii} A título de exemplo, das petições de abertura de Aulas Isoladas, em 1881, a comunidade de Santa Maria do Butiá peticionou abertura de Aula Mista, ou a transformação da aula do sexo feminino em mista, pois a mesma já era provida pela professora normalista Anna Dias de Hrebin. Ou que fosse criada uma aula do sexo masculino e indicam o nome de um professor: Alberto Dias da Silveira, comprometendo-se a conseguir o espaço físico de uma residência da comunidade para instalar a aula (SÃO LEOPOLDO, 1881).

^{ix} Lendo os relatórios da intendência municipal de São Leopoldo e as petições para abertura de aulas no início do século XX, sugere-se que um dos requisitos estabelecidos pelo governo do Estado para aberto de tais aulas era o ensino da língua vernácula, ou seja, associava-se a subvenção, a escola e a escola ao ensino da língua portuguesa.

^x Conforme consta na matéria publicada no Jornal Correio de São Leopoldo, de 19 de fevereiro de 1937, n. 232, ano V. Indica atuação do professor José Affonso Höher, durante muito tempo como intérprete dos imigrantes. Como registra a ocasião em que o chefe do Partido Republicano Liberal, senhor Germano Hauschild; em visita à Lomba Grande, proferindo discurso no tradicional salão da comunidade católica São José. "[...] Como representante, e na qualidade de intérprete desta comunidade [...]". (CORREIO DE SÃO LEOPOLDO, 1937, p. 4).